



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO

ACTA n.º 3

QUADRIÉNIO DE 2017 - 2021

(Artigo 57º da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro)

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
TRANCOSO DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

--- Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezassete, pelas catorze horas e trinta minutos, no auditório do Pavilhão Multiusos, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por José Amaral Veiga, seu Presidente. A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

--- **Ordem do dia:** -----

--- **Ponto número um** - Apreciação da informação do Presidente da Câmara acerca da actividade desta e da situação financeira do Município; -----

--- **Ponto número dois** – Análise, discussão e votação da proposta da 5ª revisão ao Orçamento da Receita e Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2017; -----

--- **Ponto número três** – Apreciação da informação do ROC sobre a situação económico financeira do Município respeitante ao 1º semestre de 2017; -----

--- **Ponto número quatro** – Análise, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal do Município para 2018; -----

---- **Ponto número cinco** - Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento da Receita e Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2018; -----

--- **Ponto número seis** - Análise, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à Área de Acolhimento Empresarial; -----

--- **Ponto número sete** - Análise, discussão e votação da proposta relativa a um pedido de reconhecimento de interesse público municipal, respeitante a uma actividade económica no âmbito do DL nº165/2014 de 5 de Novembro; -----

--- **Ponto número oito** - Designação dos representantes das freguesias do concelho na Comissão Municipal de Defesa da Floresta; -----

--- **Ponto número nove** - Designação de um representante das juntas de freguesia na Comissão Municipal de Protecção Civil; -----

--- **Ponto número dez** – “Trancoso e a sua interioridade” (pedido de agendamento do membro da assembleia Sr. Jorge Morgado Ferreira); -----

--- **Ponto número onze** - Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal. -----

--- **Período destinado ao público.** -----

--- Depois de assinada a folha de presenças, para verificação de quórum, constatou-se a falta dos membros da assembleia, Maria Luísa Gil dos Santos, substituída por Patrícia Raquel Ribeiro Lavoura; Marta Sofia Neves Almeida, substituída por Luís Manuel Albino Salvador e António Pedro Ribeiro, substituído por Jéssica Andrade Santos, membros do Grupo Municipal do Partido Socialista. Estas faltas foram devidamente anotadas, assim como as registadas aos senhores Presidentes de Junta da Freguesia de Aldeia Nova, Luís

Carlos Diogo Natal; de Reboleiro, José Dinis Pinto Mateus e de Tamanhos, Cláudia Alexandra Romão Santos. -----

--- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Presidente do Município, Amílcar Salvador e os senhores Vereadores Eduardo António Rebelo Pinto, Ana Luísa Monteiro do Couto e Rogério Paulo Pires Tenreiro. -----

--- O Presidente da Mesa iniciou a sessão convidando o membro da assembleia Patrícia Lavoura para a secretariar uma vez que o primeiro secretário, Maria Luísa Gil, não se encontrava presente. Propôs um voto de pesar, pelo falecimento da mãe do membro da assembleia, António Cristovão Santos, ao qual os grupos municipais se associaram e que, colocado à votação, foi aprovado por unanimidade. Informou que o membro da assembleia Jorge Morgado Ferreira se considerava empossado uma vez que ainda não o tinha sido devido à sua ausência nas sessões anteriores. Colocou a acta da sessão anterior à discussão. Não tendo havido intervenções e colocada à votação, foi a mesma aprovada por maioria com uma abstenção. Informou das presenças do liquidatário da TEGEC, Dr. Valter Barreiros e, também, do TOC, Dr. Daniel, conforme tinha sido requerido, na sessão extraordinária de Novembro, pelo membro da assembleia Cristóvão Santos. Deu a palavra ao referido membro da assembleia para efectuar as questões que o mesmo pretendesse. -----

--- Tomando a palavra, o membro da assembleia Cristóvão Santos referiu que a questão colocada na sessão anterior tinha tido por base a aprovação da prorrogação do prazo, por mais um ano, para a liquidação da empresa municipal TEGEC. Gostaria de saber quais foram as dificuldades que impediram a conclusão do processo de liquidação no período que terminou e qual a perspectiva da equipa com esta prorrogação e se existia, ou não, hipótese de liquidar a empresa mais cedo. -----

--- Dada a palavra ao liquidatário, o Dr. Válder, pelo mesmo foi dito que gostaria de desfazer certos equívocos patentes na última sessão e, bem assim, na reunião de câmara, por parte dos vereadores do PSD pois defendiam que a liquidação da empresa deveria ser por transmissão global. Informou ter sido isso mesmo o que tinha acontecido, constando na proposta do Conselho de Administração da TEGEC, apresentada na reunião de Câmara e na Assembleia Extraordinária de 13 de Novembro de 2015. Referiu que o título do plano poderia gerar equívocos, uma vez que deste constava Plano de Dissolução com entrada em liquidação e internalização. Porém, nas páginas 5 e 8 é referido que a liquidação deveria ocorrer de forma global. Explicou as três modalidades de uma liquidação: voluntária ou extrajudicial, administrativa e judicial. Disse que, sendo o caso da TEGEC uma liquidação voluntária e extrajudicial, optou-se pela dissolução com transmissão global. Em 31 de Dezembro de 2015 não havia nenhuma acção judicial pendente, sendo, então, possíveis os acordos com os credores. Informou que as acções entraram a 26 de Abril de 2016 e a 30 de Junho do mesmo ano. Disse ter havido reuniões, em Janeiro e Março de 2016, na sede da Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa, e no escritório da Dr.ª Clara Silva com o Grupo MRG, para evitar que as acções judiciais fossem propostas, não se tendo logrado obter acordo. Passados dois anos, estão pendentes os dois credores, PACETEG e Caixa Geral de Depósitos e, caso não se prorrogasse o prazo da liquidação, entrariam em incumprimento. Disse que a liquidação administrativa só seria possível depois de esgotados os prazos constantes no número 3 art.150º do Código das Sociedades Comerciais. Afirmou que os custos

têm vindo a ser reduzidos em 50%, quer no vencimento do liquidatário, quer nos vencimentos do TOC e ROC. -----

--- Usou da palavra o Dr. Daniel, TOC da empresa, referindo que a dissolução foi deliberada em Novembro de 2015 por transmissão global, tendo sido dado o prazo de dois anos para ser feita a liquidação. Entretanto, neste prazo, foram propostas duas acções no tribunal, uma da CGD contra a TEGEC e o Município, e uma outra do Município e da TEGEC contra a CGD, a PACETEG e a MRG. Perante este panorama, a empresa teve algumas dificuldades em concluir o processo de liquidação, pois para a mesma se concretizar teria de haver o acordo dos credores. Não havendo acordo por parte da PACETEG, houve lugar a uma decisão mais política do que propriamente técnica e, conseqüentemente, a decisão da administração e do liquidatário de prorrogar o prazo da liquidação por mais um ano. Não deixou de referir que, em sua opinião, o acordo entre as partes era a melhor solução. Quanto a outros aspectos da liquidação, disse estarem reunidas todas as condições para que a mesma ocorra, excepto este litigio com a PACETEG. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael, referindo que o Dr. Daniel tinha mencionado que a decisão da prorrogação tinha passado por uma questão política. Gostaria de obter uma resposta, por parte do executivo, de saber qual tinha sido essa questão. Na questão de falta de acordo com os credores, gostaria de saber o que é que divergiu, quais as propostas apresentadas e se houve, ou não, reuniões. Relativamente à redução do vencimento do liquidatário, do ROC e do TOC disse que seria importante a Assembleia saber qual era o vencimento do liquidatário e qual passou a ser. -----

--- O Presidente da Mesa disse que a resposta a algumas das questões colocadas não era da responsabilidade daqueles técnicos, dado tratar-se de assuntos de natureza política. Disse que os mesmos tinham sido solicitados para responder a questão da prorrogação e não sobre os vencimentos. Essa resposta competia ao Sr. Presidente da Câmara e no devido tempo, pois que, ainda nem haviam entrado no período antes da ordem do dia. -----

--- O membro da assembleia, João Paulo Matias, no uso da palavra, referiu que o Dr. Daniel, ao ter mencionado que tinha sido uma decisão mais política do que técnica, se estaria a referir à parte das acções judiciais. No seu ponto de vista, tendo havido uma auditoria que revelou que os nove milhões de euros do custo das obras da PACETEG, afinal só correspondiam a quatro milhões de euros, achava que, perante esta situação, a decisão política tomada tinha sido a mais acertada. Salientou que, perante a lei, não havendo acordo com os credores, não existia outra solução se não a de prorrogar o prazo de liquidação da empresa por mais um ano e, só depois, seria possível avançar com a chamada liquidação administrativa. -----

--- O membro da assembleia, Tomás Martins, questionou o Dr. Daniel sobre a possibilidade de vir a ser ganha a questão do contencioso com a Autoridade Tributária. -----

--- No uso da palavra, o Dr. Daniel referiu que talvez não tivesse utilizado a forma mais correcta quando afirmou ter sido uma questão política. Disse que deveria ter utilizado “em termos estratégicos”, a decisão que se tomou foi a da prorrogação. Relativamente ao contencioso com a AT, disse que, entretanto, tinha saído uma circular da AT que isentava de IVA os subsídios que a Câmara atribui à empresa. Sendo assim, a liquidação de IVA efectuada seria inócua e o processo teria pernas para andar, havendo boas perspectivas

para que o mesmo fosse ganho. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael, referindo que as questões, por ele levantadas, tinham sido todas dirigidas ao liquidatário e ao TOC e não percebia o porquê do membro da assembleia, João Paulo Matias, ter respondido uma vez que não era liquidatário, nem Presidente da Câmara e nem vereador. Disse que as questões não eram políticas e surgiram na sequência da intervenção do Dr. Valter. Disse que apenas perguntou que motivo tinha estado na origem da falta de acordo relativamente às acções e qual o valor da redução dos custos no vencimento do liquidatário. -----

--- O Presidente da Mesa repetiu que essas questões deveriam ser colocadas ao Presidente da Câmara e que, também, poderia consultar as contas da TEGEC que vinham à Assembleia pois a presença do Dr. Valter e do Dr. Daniel prendia-se, exclusivamente, com a questão da prorrogação do prazo de liquidação. --

--- O membro da assembleia, João Rafael, retorquiu que se a questão do vencimento não poderia ser respondida, gostaria que as outras o fossem. -----

--- Em resposta, o Dr. Valter explicou que as obras da PACETEG de nove milhões de euros, segundo as auditorias, custariam menos quatro milhões e meio e que o Município fez a proposta de os outros quatro milhões e meio serem suportados pelas três partes, CGD, PACETEG e Município. Os credores não concordaram, acabando a CGD por intentar a acção contra o Município, apesar de, a mesma, na altura, se ter comprometido a apresentar uma proposta. -----

--- O Presidente da Mesa agradeceu a presença, a disponibilidade do Dr. Valter e Dr. Daniel e a autorização do Presidente do Município para que os mesmos estivessem presentes. Informou que se iria entrar no **Período antes da Ordem do Dia.** -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia, Daniel Almeida, referindo que, como jovem de 21 anos e estudante, reunia duas características na sua pessoa e que essa circunstância não era partilhada por mais nenhum membro desta assembleia. Disse considerar que os jovens devem e querem ter uma voz activa nas políticas do seu concelho e espera que, ao longo deste mandato, possa responder aos anseios e preocupações dos jovens do concelho. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Tomás Martins, cumprimentando o Presidente da Câmara e reconhecendo a merecidíssima vitória que teve nas últimas eleições autárquicas. Referiu que todos deveriam fazer uma leitura sobre os resultados e que, enquanto deputado do PSD, teria uma voz quando não estivesse de acordo, sempre no respeito por todos os intervenientes, mas sempre em defesa de Trancoso. -----

--- Usou da palavra o Presidente da União de Freguesias de Trancoso e Souto Maior, André Pinto, referindo que, a pedido da associação Roda Miness de Trancoso, informava que esta pretendia homenagear e angariar fundos para as duas corporações dos bombeiros do concelho e, para isso, iria realizar um evento no próximo dia de 27 de Janeiro. Foi-lhe ainda solicitado para que os presidentes de junta fizessem a divulgação nas suas freguesias e, se fosse possível, procurassem angariar alguns fundos. Disse que, com o dinheiro angariado, a associação pretendia reunir-se com os presidentes de cada corporação a fim de saberem qual o material que necessitavam para, depois, procederem à sua compra. -----

--- Interveio o Presidente da União de freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, António Pina, que

perguntou ao Presidente da Câmara se a equipa de médicos que vem fazer o SAP a Trancoso não poderia fazê-lo por mais dias, de forma a libertarem o médico, Dr. Guerra, para este estar mais tempo na extensão de Vila Franca das Naves, pois já há uma semana que não havia nenhum médico naquela freguesia. Perguntou qual a hipótese de o Município legalizar a feira mensal realizada em Vila Franca das Naves, uma vez que, em reuniões havidas, acordou-se que se iria tentar legalizá-la e verificou que a mesma não consta do comunicado do Município referente às feiras a realizar em 2018. -----

--- Tomou a palavra o membro da assembleia Jorge Morgado Ferreira, agradecendo ao Presidente da Assembleia o facto de lhe ter concedido o direito de agendar um ponto na ordem do dia. Solicitou que fosse distribuído um pequeno resumo sobre essa intervenção, “Trancoso e a sua interioridade”, de forma a que os membros da assembleia ficassem mais esclarecidos. Disse ter sentido alguma dificuldade, nesta época do ano, com uma assembleia tão intensa e com tantos documentos, de se preparar para dar um contributo mais válido e para compreenderem se, em alguns casos, se abstivesse pois não teria uma ideia fundamentada sobre os assuntos. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia Paulo Leocádio, felicitando o executivo pelas obras feitas no estacionamento junto ao mercado. Questionou o que estava previsto para as lojas existentes naquele local.

--- Em resposta às questões colocadas, o Presidente do Município, acerca da intervenção do membro da assembleia Daniel Almeida, referiu que acredita muito na juventude pois nesta residia o futuro do concelho. Agradeceu as felicitações relativas às últimas eleições autárquicas endereçadas pelo membro da assembleia, Tomás Martins. Relativamente à liquidação da empresa municipal, disse ter sido um assunto complicado, herdado do passado, mas achava um pouco estranho que alguns membros da assembleia estivessem preocupados com vinte ou trinta mil euros que iriam ser gastos neste ano da dissolução e não tivessem a noção dos milhões de euros que estavam em causa. Salientou que todo e qualquer montante que possa reduzir-se com acções judiciais é extramente importante para resolver alguns problemas neste mandato. Felicitou o Presidente da União de Freguesias de Trancoso e Souto Maior e a Associação Roda Miness pelo empenho na realização daquele evento solidário e que poderiam contar, também, com a colaboração da Câmara Municipal. Relativamente às questões levantadas pelo Presidente da União de Freguesias de VFN e Feital, disse que o mesmo tinha toda a razão na questão de falta de médico naquela freguesia e que a Câmara estaria disponível, em colaboração com a junta de freguesia, para se encontrar uma solução, junto da ULS ou de quem de direito. Quanto à questão dos mercados em Vila Franca das Naves, disse que existia um conjunto de condições que se tinham de verificar para que o mercado mensal pudesse ocorrer. Referiu que não faria sentido estarem a ser colocadas no mapa de feiras do ano 2018, mas que as feiras anuais de Vila Franca das Naves já constavam do mesmo. Felicitou a ideia do membro Jorge Morgado Ferreira pelo facto de trazer, a esta assembleia, o tema “Trancoso e a sua interioridade”. Em resposta ao membro da assembleia, Paulo Leocádio, disse que, relativamente às lojas, não estava em causa o facto da Câmara poder vir a realizar, de imediato, já cento e cinquenta a duzentos mil euros com a sua venda, mas que havia de ponderar soluções e critérios. Enfatizou o facto de aquele espaço ganhar vida com comércio, trazendo assim mais vida a Trancoso. Informou que se estava a proceder ao registo de

propriedade horizontal para, em breve, ser tomada uma decisão que seria divulgada publicamente e com toda a transparência. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Carlos Saldanha, felicitando o Presidente da Assembleia pela constituição da Mesa bipartidária pois revelava empenho, inteligência humana / política e uma visão que, até agora, não tinha existido na Assembleia Municipal. Saudou todos os eleitos e o executivo pela forma como foi conduzido o processo da internalização dos funcionários da antiga empresa municipal que, presentemente, já tinham, perante o Município, um contrato de trabalho em funções públicas. Deu uma palavra de reconhecimento e apoio à vereadora Ana Couto pelo trabalho desenvolvido junto dos elementos do júri do concurso dos assistentes operacionais. Referiu ter orgulho em fazer parte deste Município pois era a primeira vez que via cumprir períodos experimentais conforme define a lei. Solicitou ao Presidente do Município para não se esquecer, depois de acolher os trabalhadores, das regras quanto à formação dos mesmos. -----

--- O membro da assembleia João Paulo Matias, no uso da palavra, realçou o regresso do membro da assembleia, Tomás Martins, depois da sua despedida numa sessão anterior. Disse ter ficado triste, na altura, pois entendia ser uma pessoa que tinha intervenções de qualidade e a capacidade de gerar consensos. Disse que não aceitava recomendações sobre a sua forma de intervir nesta assembleia e para não contarem com ele para o “politicamente correcto”. Afirmou ficar muito crispado quando são discutidas as questões da TEGEC pois constata um silêncio constrangedor em alguns deputados que, no passado, votaram a favor da PPP, que estiveram na TEGEC e na Assembleia Municipal, mas que, entretanto, se preocupavam com questões como o salário do liquidatário. -----

--- Em esclarecimento, o membro da assembleia, Tomás Martins, disse que, em relação à sua despedida, na altura, tinha referido que, possivelmente, seria a sua última sessão de assembleia. Disse ser social democrata diariamente e que tinha estado na primeira linha do combate com dignidade e respeito por todos. Disse que, relativamente à forma de intervir do membro da assembleia, o que lhe pediu foi para que, quando se dirigisse à bancada do PSD, não generalizasse, pois, cada pessoa tinha o seu próprio pensamento. Relativamente à TEGEC, referiu não ter votado a PPP, mas que tinha sido no seu exercício, enquanto Presidente do Conselho de Administração, que se deixaram de pagar as rendas à PACETEG porque existiam, e continuam a existir, anomalias nos equipamentos. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia, José Nascimento, perguntando ao Presidente do Município se já estava executado o relatório sobre os incêndios ocorridos no concelho, se existiam projectos futuros para que não houvesse repetições e se estava prevista alguma reunião com as juntas, ou população, para debater esse assunto. -----

--- O Presidente do Município, em resposta às intervenções feitas, saudou o membro da assembleia, Carlos Saldanha, pela forma como interveio e que, também, se congratulava com o trabalho que tinha vindo a ser realizado pela vereadora Ana Couto. Relativamente às questões do membro da assembleia, José Nascimento, disse, a propósito do incêndio, de Outubro que veio de Fornos de Algodres, atingindo a Serra do Pisco e se estendeu a outras freguesias, que o mesmo afectou o sector agropecuário dando origem a

situações que preocupavam o executivo. Disse que os agricultores, sobretudo os das freguesias atingidas pelo incêndio, tiveram a possibilidade de se candidatar a algumas ajudas. Informou terem sido feitas reuniões com presidentes de junta dessas freguesias e ter havido uma acção de estabilização do solo, pós incêndio, na Serra do Pisco. Referiu que existia a intenção de reunir, no início do ano, a Comissão Municipal da Defesa da Floresta e a Protecção Civil pois tratava-se de um assunto que, neste mandato, teria de ter uma atenção diferente. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar à ordem do dia, abrindo o **ponto um** .-----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município disse que, desde a tomada de posse, a actividade municipal tinha sido bastante intensa destacando a conclusão das obras do parque de estacionamento do mercado, alguns trabalhos de estradas e arruamentos, a inauguração da rotunda dos bombeiros de Vila Franca das Naves, o evento da Feira da Castanha, a Feira de Santa Luzia e a Magia de Natal .Quanto a concursos que estavam a decorrer, referiu o Centro Escolar da Ribeirinha, bem como o concurso para a adjudicação da N226 até ao Chafariz do Vento e a cobertura do Pavilhão Multiusos. Quanto às acções judiciais, salientou um pequeno acordo e quanto à situação financeira do Município disse que em termos de execução de receita, no dia quinze, apresentavam quase 71% e a nível de despesa 66,81%. -----

--- O membro da assembleia Tomás Martins, perguntou se o Presidente do Município tinha alguma previsão quanto à repavimentação da rua da Teja e, também, da rua na zona do Convento dos Frades que dava acesso à escola EBI de Trancoso. -----

--- Interveio o membro da assembleia, José Nascimento, referindo que, no campo das obras executadas, na limpeza de ruas urbanas, aparecia, além de outras freguesias, a freguesia do Reboleiro. Disse ser verdade que houve um espaço em que a Câmara contribuiu para a limpeza para as ruas do Reboleiro, pois o funcionário lá colocado, em quarenta e cinco dias, permanece lá dez dias, ou seja, durante trinta dias não há quem limpe. Questionou qual a possibilidade de o funcionário estar por lá durante mais dias. Perguntou se o executivo tinha o propósito de realizar os acordos de execução para que pudesse haver delegação de competências nas freguesias. -----

--- Interveio o Presidente da União das Freguesias de VFN e Feital, António Pina, referindo que já tinha falado com o responsável da protecção civil, Eng.º Humberto, e enviado um ofício à Câmara no sentido de deitarem sal-gema na sua freguesia em dias de gelo pois existem zonas que se tornavam perigosas. Relativamente à inauguração da rotunda dos bombeiros voluntários de Vila Franca das Naves, disse que a Câmara fez uma homenagem aos bombeiros com a construção daquela rotunda, mas na inauguração considerou caricato só o secretário de estado da Protecção Civil e o Presidente do Município terem falado e não terem deixado falar o Presidente da Junta, nem o comandante dos bombeiros para agradecer e gostaria de saber o motivo disso ter acontecido. Mencionou que apenas gostaria de ter dito ao secretário de estado para se lembrar não só das zonas onde houve o flagelo dos incêndios, pois uma das coisas que o Governo fez foi reprovar todos os projectos que existiam para limpeza da floresta por falta de verbas. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia, Paulo Matias, interrogando o Presidente do Município se a referida rotunda em Vila Franca das Naves era obra da junta daquela freguesia, se a mesma se situava

numa estrada cuja competência na sua conservação era da junta, se alguma vez o Presidente da União de Freguesias de Trancoso e Souto Maior, numa inauguração de alguma obra de Trancoso interveio e se, antes do protocolo, o presidente da junta tinha pedido para acertar o mesmo de forma a intervir. Questionou, também, se o secretário de estado era uma pessoa muito distante ao ponto de, sem ser através de uma intervenção, não ter sido possível falar com ele.-----

--- Em resposta às questões, o Presidente do Município disse ter tomado nota da intervenção do membro da assembleia Tomás Martins, mas todas as obras de repavimentação teriam de ser programadas e quer a rua da Teja, quer a rua junto às escolas seriam tidas em consideração. Quanto à questão colocada pelo membro da assembleia José Nascimento, disse que nem todas as freguesias possuíam um funcionário do Município durante dez dias e que os equipamentos e espaços do concelho eram muitos. Relativamente à delegação de competências disse que delegavam, em qualquer junta de freguesia, a limpeza de ruas. Salientou que querem continuar a apoiar todas as juntas apesar das dificuldades financeiras do Município. Quanto às questões colocadas pelo Presidente da Junta da União de VFN e Feital disse ter toda a razão a propósito do sal gema. Relativamente à inauguração da obra de requalificação da rotunda dos bombeiros disse que a obra era do Município, a estrada onde se situa não era da competência da junta e, nas obras inauguradas na sede do concelho, nunca o presidente da junta fez qualquer intervenção, nem levantou qualquer questão sobre esse facto. Referiu que tinha sido acordado no protocolo apenas as duas intervenções e pensa ter sido uma cerimónia que dignificou o concelho e homenageou os bombeiros. -----

--- Interveio novamente o Presidente da União de Freguesias de VFN e Feital referindo ter feito perguntas ao executivo e não eram os membros da assembleia que as tinham de responder. Disse que começava a duvidar se o membro da assembleia João Paulo Matias estava nessa qualidade, ou se estava numa de assessor jurídico da Câmara como tinha sido recentemente nomeado. -----

--- Em defesa da honra, o membro da assembleia João Paulo Matias disse que apenas tinha feito perguntas ao executivo. Disse estar na qualidade de membro da assembleia e que, de facto, era advogado avençado de 1600€ sem IVA / mês, por um prazo de três anos, e sempre que houvesse uma questão que devido a esse cargo pudesse aparentar conflito de interesse, iria abster-se. -----

--- Em pedido de esclarecimento, o membro da assembleia José Nascimento referiu que, uma vez que o Presidente do Município tinha referido que a Câmara estava disposta a ajudar, para a orientação das juntas, as mesmas deveriam saber quais essas ajudas, pois a Junta para prestar alguns serviços recorre a um POC. Questionou se o Presidente da Câmara estaria disponível para suportar os custos de um POC. Lembrou que, no ano passado, a limpeza das ruas feita com herbicida e por imposição da lei, a Junta do Reboleiro conjuntamente com a de Palhais, recorreram a uma empresa certificada. Na altura, solicitaram à Câmara a compensação desses valores e até à data não foi dada resposta. Quanto aos protocolos de execução perguntou se valeria a pena, nestes noventa dias que faltam, as juntas realizarem o pedido para delegações de competências. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, solicitando um ecoponto para a localidade onde reside, Venda do Cêpo. Disse já ter enviado alguns e-mails ao Presidente da União de Freguesias de

Trancoso e Souto Maior e nunca obteve resposta e, segundo o Código de Procedimento Administrativo, todos os cidadãos têm direito a resposta sendo ela negativa ou positiva. Informou que desde a placa da localidade de Venda do Cêpo até ao largo da aldeia moram oito crianças e os limites de velocidade do trânsito não são respeitados pelo que solicitava que, também, fossem colocadas umas bandas sonoras. Gostaria que as valetas fossem consolidadas e rematassem com passeios em granitos, pois quando chega a primavera são os habitantes que limpam aquilo que a junta deveria fazer. Felicitou o executivo pelo arranjo feito junto ao mercado e solicitou que fosse repensado o estacionamento junto à rua Dr. Castro Lopes, onde existe tráfego constante, nem que fosse com a solução de estacionamento temporário de quinze a vinte minutos, ou parquear com parquímetros. -----

--- Interveio o Presidente de Junta da União de Freguesias de Trancoso e Souto Maior, André Pinto, referindo que teria todo o prazer que o membro da assembleia Joaquim Cavaca fosse a uma assembleia de freguesia em que, aí sim, teria toda a informação e onde poderia explanar todos os seus pontos de vista. Relativamente aos e-mails disse não ter tido conhecimento dos mesmos. -----

--- O Presidente do Município, relativamente à intervenção do membro da assembleia José Nascimento disse que o executivo, já no mandato anterior, nunca deixou de apoiar nenhuma junta de freguesia sem um apoio mínimo de três mil euros e as juntas poderiam contar, no mínimo, neste mandato, com essa verba. Disse que a Câmara iria continuar a honrar os compromissos e, para isso acontecer, continuaria com uma política do rigor, da contenção e do equilíbrio financeiro. Quanto às questões do membro da assembleia Joaquim Cavaca, relativamente aos ecopontos, disse ter estado numa reunião na Resiestrela onde solicitou mais ecopontos para o concelho, tendo havido abertura nesse sentido. Quanto às bandas sonoras, passadeiras disse que eram necessárias não só naquela localidade, mas que iriam concebe-las durante este mandato. Agradeceu as palavras relativamente ao arranjo junto ao mercado e quanto ao estacionamento disse que o edital de condicionamento já estava feito, sendo a rua Dr. Castro Lopes uma das citadas. Ficou a saber que a posição do membro da assembleia seria a colocação de parquímetros, a qual não se coaduna com a do executivo. -----

--- O membro da assembleia, José Nascimento, disse ter ficado surpreendido com a ideia dos parquímetros pois considera que os automobilistas já estão muito martirizados com outro tipo de impostos. Disse que antes de terminar o prazo para a realização de acordos de execução, iria haver outra sessão da assembleia e preferia que o Presidente do Município se manifestasse no sentido de afirmar uma posição para que, na próxima sessão, não tenha de voltar a falar no mesmo assunto. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto dois**. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município referiu tratar-se apenas de uma pequena revisão orçamental com o aumento de quinhentos euros. Informou que, desde 2015, as câmaras municipais realizam uma transferência para o fundo de apoio municipal, sendo que no caso da Câmara de Trancoso o valor transferido, anualmente, é de setenta e nove mil euros pago por duas vezes. Acontece que foram informados que tinham a receber o valor de quinhentos euros. -----

--- Não havendo intervenções e colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto três**. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município afirmou ser apenas um documento para apreciação onde, o mesmo, alertava para um conjunto de acções judiciais cujo desfecho ainda era imprevisível, e concluía que as demonstrações financeiras eram apresentadas de forma verdadeira e apropriada. Referia, também, que a execução orçamental global da despesa e receita no primeiro semestre de 2017, estariam com 28,88% a nível da despesa e da receita, 37,25%. Saliou que a 30 de Junho de 2017 o valor da dívida total era de cinco milhões quinhentos e oito mil, seiscentos e oitenta e cinco euros o que corresponde a 0,64 vezes a média de receitas correntes líquidas cobradas nos últimos três anos, muito abaixo do limite do endividamento. -----

--- Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto quatro**. -----

--- O Presidente da Câmara informou que o número de funcionários do mapa de pessoal para 2018 se mantinha. Disse que não se previa a abertura de concursos, estando a decorrer apenas aqueles que provinham de 2017 e que, fruto do descongelamento de carreiras, o total de encargos com pessoal para 2018 teria um aumento comparativamente a 2017. -----

--- Inteveio o membro da assembleia, António Cristovão Santos, perguntando se uma vez que não se previa a abertura de concursos porque é que no mapa estavam previstos mais quinze lugares. Disse que a requalificação de uma empresa ou instituição deveria ser feita de acordo com as necessidades das mesmas e não em virtude das habilitações académicas que o colaborador tenha. Acredita que o executivo tenha feito isto no bom senso e no aproveitamento dos seus recursos, mas, no entanto, não deixa de notar que algumas áreas, no Município, serão de uma utilização algo rebuscada. -----

--- No uso da palavra, o membro da assembleia Joaquim Cavaca referiu que, após análise do mapa do pessoal, não percebe as funções de um design de equipamento no Município, pois este apenas cria objectos.

--- Em resposta às questões, o Presidente do Município disse que os lugares previstos, sete deles vinham de concursos de 2017, tendo havido, também, algumas requalificações e dois ou três lugares eram de mobilidade podendo vir ou não a ser afectos ao Município. Disse que a Câmara lançava os concursos mediante os lugares que necessitava. -----

--- O Presidente da Mesa perguntou, ao membro da assembleia Joaquim Cavaca, se o mesmo era frontalmente contra a existência de um design de equipamento numa Câmara, ao qual o membro da assembleia respondeu que se lhe conseguissem responder quais as funções que um design desse tipo faria ao serviço de um Município, talvez conseguisse entender. A sua dúvida era saber o que é que este técnico iria produzir durante o ano. -----

--- O membro da assembleia, João Paulo Matias, interveio referindo que o quadro de pessoal não tinha o objectivo de explicar as funções concretas que cada funcionário exerce efectivamente. Referiu que, esse design de equipamento, dentro da sua formação, poderia vir a ter uma opinião sobre equipamentos que a Câmara pudesse vir a adquirir. -----

--- Respondendo ao membro da assembleia João Paulo Matias, o membro da assembleia Joaquim Cavaca

disse compreender o argumento jurídico do mesmo, mas que não justificava a sua dúvida. -----

--- Interveio, novamente, o membro da assembleia Cristóvão Santos, sugerindo que se o Município iria ter esse design de equipamento, poderia, também, apoiar as empresas que pudessem vir a necessitar desse tipo de serviço. -----

--- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, tendo sido a mesma aprovada com 33 votos a favor e duas abstenções. Informou que se iria passar ao **ponto cinco**. -----

--- Usou da palavra o Presidente do Município referindo que a proposta de Orçamento da Receita e Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2018 era a possível. Comparou Orçamentos dos últimos anos referindo que em 2009, o Orçamento foi de vinte e quatro milhões, quando a execução ficou nos 41%, em 2010 foi de vinte seis milhões, setecentos e vinte e seis mil que com as revisões chegou aos vinte e oito milhões, oitocentos e vinte e seis mil, e a despesa paga foi apenas de dez milhões, oitocentos e noventa mil e a execução 37,81%. Em 2011, o orçamento de vinte e nove milhões, despesa paga dez milhões seiscentos e oitenta mil. No ano de 2012 o orçamento foi de vinte e quatro milhões cento e sessenta e oito mil euros, despesa paga, nove milhões, seiscentos e setenta e oito mil euros. Saliu que se, depois, compararem os anos seguintes, até a esta proposta de 2018, não existiu nenhum orçamento emplorado, sendo todos à volta dos quinze milhões e a taxa de execução situou-se sempre acima dos 60%, tendo chegado no ano de 2015 aos 85,38% e em 2016 aos 72,06%. Disse que o valor deste Orçamento era muito semelhante aos do anterior mandato, num valor de quinze milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, e que, em termos de receita corrente, ultrapassava os dois milhões de euros e procurava manter o rumo do reequilíbrio das contas e honrar os compromissos vindos do passado. Disse que nas GOP'S iriam apostar na economia, no empreendedorismo com as lojas que iriam disponibilizar e com a área de acolhimento empresarial. Para além desse sector, e de todas as zonas industriais de Vila Franca das Naves, Ribeirinha, etc., pretendiam continuar a apostar no comércio, turismo, nas feiras, nos eventos, na educação, na saúde, na cultura, no desporto, no associativismo, no ambiente, na recuperação do património e iriam apostar muito na melhoria dos serviços municipais e na continuação da defesa dos serviços públicos. -----

--- Interveio o membro da assembleia Tomás Martins, referindo que nas GOP's consta que o executivo iria lançar concurso público para obras da nova área de acolhimento empresarial de Trancoso, como legalizar a área empresarial da Ribeirinha e de Vila Franca das Naves. Alertou, mais uma vez, para a rentabilização dos lotes existentes na zona industrial de Trancoso para os mesmos serem ocupados pois existem empresários que têm urgência em ampliar as suas unidades. Sabe ser um problema vindo do passado, mas há que ter coragem e pensa que o início de mandato seria o momento certo para resolver este tipo de situações. Relativamente à questão da educação, desporto, cultura e associativismo disse que seria urgente voltar a trazer a uma sessão da assembleia o tema da educação no nosso concelho. Disse que temos uma escola profissional alinhada com aquilo que são as aspirações dos munícipes de Trancoso e existe um agrupamento de escolas que está a definir. Pensa que seria importante incluir, nas GOP's, o agrupamento de escolas porque aquilo não é de uma corporação, é dos trancosenses e existe para servi-los. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, agradando-lhe o facto de o Orçamento

apresentado tenha rigor, seja ambicioso e ficaria feliz se o mesmo fosse exequível. Entende que em algumas rubricas, tipo na recuperação das escolas primárias deveria constar para que fim. Sugeriu dotá-las de alojamentos locais ou dotá-las com material sapador. Relembrou que Venda do Cêpo não possui saneamento básico, não existem bocas de incêndio na aldeia, sugerindo que o Município criasse, em parceria com as Aguas da Teja, pontos de abastecimento estratégicos e de rápido enchimento de viaturas de combate a incêndios. Disse não se justificar a falta de planeamento que houve no incêndio ocorrido na Serra do Pisco. Em relação ao polígono industrial, que o membro da assembleia Tomás Martins tinha mencionado, disse que seria importante colocá-lo em pratica. Referiu ser importante que, em parceria com o Município, os empresários que quisessem investir fossem agilizados e acompanhados através de consultadoria para que as coisas não demorassem a crescer. -----

--- Inteveio o membro da assembleia, Daniel Joana, referindo que o documento apresentado era fiel ao programa sufragado nas eleições e que assentava em valores realistas .Disse ser um orçamento que segue a mesma trajetória de consolidação e de reequilíbrio das finanças municipais e que resulta numa maior capacidade de mobilização de recursos para investir naquilo que realmente é necessário para o bem-estar das pessoas e para o desenvolvimento do concelho. Salientou que, nos últimos anos, a receita corrente superava sempre em números significativos a despesa corrente, o que permitia mobilizar uma quantia de recursos para investimento de capital. A nível das opções para 2018, salientou que há que ressalvar três áreas: a da economia, da cultura e do ambiente. A da economia na aposta com uma área de acolhimento empresarial, na cultura com a continuidade na valorização do centro histórico e na aposta que irá ser feita na freguesia de Moreira de Rei, sendo um dos ex-libris do concelho. Por fim, na aposta do ambiente com a construção do Centro de Interpretação Ambiental. Disse que por ser um orçamento realista e criterioso merecia a aprovação desta assembleia. -----

--- Usou da palavra o Presidente de Junta da freguesia de Moreira de Rei, Américo Mendes, elogiando o orçamento apresentado e, sobretudo, as normas de execução orçamental. Disse que como Presidente de Junta daquela freguesia seria um defensor intransigente dos interesses da população daquela freguesia, dispersa pelas suas dez localidades. Disse que Moreira de Rei era a nível de património histórico uma das mais importantes freguesias do concelho pois possui vários monumentos históricos e classificados, dando o exemplo da igreja românica de Santa Marinha, o pelourinho, as sepulturas escavadas na rocha e o castelo em ruínas. Expressou o reconhecimento da freguesia a que preside pela sua inclusão em Orçamento de algumas obras. Contudo, manifestou o facto de ainda faltar pavimentação de diversos arruamentos nas localidades da freguesia, falta de limpeza, a necessidade urgente de se requalificarem inúmeros caminhos rurais e agrícolas e a rede viária de ligação entre as diferentes localidades da freguesia. Solicitou ao Presidente do Município para olhar para Moreira de Rei de forma diferente quer economicamente, quer tecnicamente pois trata-se de um segundo polo atrativo de turismo do concelho. -----

--- O membro da assembleia, João Paulo Matias, interveio no sentido de informar o membro da assembleia, Tomás Martins que, de facto, existe um conjunto de lotes na zona industrial que tinham na conservatória uma cláusula de reversão. Acontece que nem todas as cláusulas poderiam ser acionadas devido a prazos

de caducidade, sob pena de não ser possível exercer esse direito, e existem outros, tipo o lote do actual Centro de Inspeções onde a Câmara, na altura, optou por não exercer a cláusula de reversão, com os votos contra dos vereadores do PS. Neste momento, a Câmara conseguiu a reversão de um lote da LGB pois quando esta entrou em processo de insolvência, a Câmara meteu uma acção contra a massa insolvente e conseguiu um acordo no sentido de vir a reaver o lote no valor de cinco mil, duzentos e oitenta e três euros, havendo já empresários interessados por um valor muito superior. Referiu que esta Câmara teve a coragem de acionar a cláusula de reversão e não foi feito com outros lotes devido ao prazo de caducidade. Referiu que a questão da expropriação só é permitida para uma obra do Município, justificando-se assim a nova zona industrial. Relativamente ao orçamento disse que à semelhança dos do anterior mandato, têm sido os orçamentos possíveis pois enquanto houverem acções no Município, até ao valor de quarenta e cinco milhões de euros, por decidir e, a qualquer momento, poderão vir a ser decididas a favor ou contra o Município, é evidente que as opções do mesmo estarão condicionadas em todos os orçamentos. Referiu ser um orçamento possível, coerente e que tem como linha orientadora a contenção de custos. Disse ter lido a declaração de voto feita pelos vereadores do PSD na reunião de Câmara e considera-a de uma simplicidade pois apenas dizem que não existe estratégia para a requalificação do Palácio Ducal e falta de ideias para a requalificação do centro histórico. Disse que pensava que o PSD tivesse aprendido com os resultados das eleições, pois seria importante ter uma posição forte e apresentar propostas. -----

--- O membro da assembleia Tomás Martins disse não ter percebido a intervenção do membro da assembleia João Paulo Matias e parecia-lhe que, de alguma forma, o mesmo ainda não tinha despido a pele de vereador. Referiu que apenas gostaria de ver vertido em Orçamento duas questões, a rentabilização dos lotes da zona industrial e a questão da escola pública de Trancoso. Disse que não leu a declaração de voto feita pelos vereadores do PSD mas, também, não o condicionava na posição que iria tomar. Disse que uma vez que o membro da assembleia João Paulo Matias tinha tido a amabilidade de esclarecer alguns pontos, dispensava o Presidente do Município de o fazer. -----

--- Em resposta, o membro da assembleia João Paulo Matias disse que só tinha referido a questão dos lotes da zona industrial e a declaração de voto do PSD. Convidou a que lessem no Regimento quais as funções dos membros da assembleia, pois não estava impedido, nem pela lei, nem pelo Regimento de opinar e responder às questões colocadas. -----

--- Interveio o Presidente da União de Freguesias de VFN e Feital mostrando-se satisfeito pelo facto de constar em orçamento a requalificação da ETAR da sua freguesia. Referiu que os cinco mil euros destinados a Garcia Joanes para colocar água potável na aldeia não eram suficientes e que lhe custava ver essa rubrica todos os anos com o mesmo valor. Disse não ser contra a rubrica de vinte mil euros para a cobertura do polidesportivo de Vila Franca das Naves mas, não sendo aquele edifício de domínio público, não percebe como a iriam concretizar. -----

--- No uso da palavra o membro da assembleia Cristóvão Santos referiu que quando se fala de património e turismo deveriam, também, olhar para outras freguesias. Informou que na freguesia dos Vilares, também, existe uma necrópole de sepulturas antropomórficas muito importante que continua abandonada e sem

qualquer classificação. Relativamente aos quinze mil euros que constam em orçamento para apoios a entidades sem fins lucrativos na área da floresta, supunha que seriam para as duas associações de produtores florestais do concelho. Considera ser um valor pequeno, esperando tratar-se apenas da abertura da rubrica em Orçamento para, depois, a mesma vir a ser reforçada. -----

--- Tomou a palavra o membro da assembleia João Rafael, referindo que apesar de ser o orçamento possível, estava à vista que durante os últimos quatro anos, também, os outros nunca foram cumpridos. Considera ser um orçamento irreal em que se estavam a cair em promessas, a criar ilusões aos Presidentes de junta, tipo a ETAR em Vila Franca das Naves e, depois, daqui a quatro anos, provavelmente, não estará executada. Disse subscrever a declaração de voto do PSD em reunião de Câmara pois é um orçamento que não vai de encontro ao que é necessário, ou seja, que Trancoso volte a estar na ribalta do distrito. Considera ser um orçamento sem critério, não direccionado para o empreendedorismo e que não será cumprido. -----

--- Em resposta, o Presidente do Município disse que o orçamento encaixa nas possibilidades que tiveram para o elaborar, indo de encontro aos resultados das eleições do dia 1 de outubro. Em resposta ao membro da assembleia Tomás Martins disse ser objectivo do executivo rentabilizar a zona industrial e a prova foi a que acionaram a cláusula de reversão do lote da LGB, havendo agora já uma referência de três euros/m2 caso haja outras situações que possam vir a ocorrer. Referiu que a aposta na economia iria continuar e que relativamente à educação, a escola profissional estava no bom caminho e que a Câmara iria continuar a apoiar a escola pública. A aposta da construção do Centro da Ribeirinha onde em 2018 possam concentrar três jardins de infância e algumas turmas do 1º ciclo é um sinal que querem continuar a apostar na educação. A questão referida parece-lhe mais pedagógica e, de facto, merece a atenção do Conselho Municipal de educação. Agradeceu o facto do membro da assembleia Joaquim Cavaca ter reconhecido que era um orçamento ambicioso e disse ter tomado nota da requalificação de antigas escolas primárias. Relativamente ao incêndio referiu que a Câmara esteve presente desde as primeiras horas, disponibilizando os meios que tinha. Quanto à intervenção do membro da assembleia Daniel Joana disse que a nível do ambiente, o Centro de Interpretação Ambiental tratava-se de uma requalificação que iria ocorrer no Parque Municipal, iriam existir mais ecopontos, capacitação de serviços com viaturas elétricas e, também, iriam olhar de forma diferente para as florestas trabalhando em conjunto quer com os sapadores florestais, quer com os bombeiros. Quanto à cultura, estranhou o facto de nenhum membro da assembleia ter feito referência ao excelente programa de Natal que estava a ser realizado no centro histórico e relativamente à futura área de acolhimento empresarial disse que existem dezenas de pessoas interessadas em lotes. Quanto à intervenção do Presidente de Junta de Moreira de Rei, disse que, apesar de haver um conjunto significativo de obras para aquela freguesia, quer que ficasse claro que olham para o concelho como um todo. Agradeceu a intervenção do membro da assembleia João Paulo Matias e, realmente, não existem alternativas para a questão dos lotes não ocupados na zona industrial. Quanto às questões do Presidente da União de Freguesia de VFN e Feital, disse que as obras não iriam ficar no papel. Relativamente à ETAR informou que já tinha sido submetida a candidatura. Quanto à questão das sepulturas antropomórficas, que o membro da assembleia Cristovão Santos fez referência, disse que o presidente de junta daquela freguesia já, também,

o tinha alertado para esse património e iriam ter uma atenção para com elas. Disse que o orçamento não é um documento estático e que algumas rubricas poderiam vir a ser reforçadas. Relativamente ao membro da assembleia João Rafael disse que a ETAR de Vila Franca das Naves seria mesmo para cumprir e que, no final do ano de 2018, cá estariam para prestar contas do orçamento apresentado. -----

--- O membro da assembleia Tomás Martins referiu que, apesar de achar que no bloco do 1º ciclo a cobertura das escadas era de extrema importância, era efectivamente contra a estratégia pedagógica, a oferta que é dada a partir do 9º ano que deveria ser repensada, assim como outras coisas. -----

--- Não havendo mais intervenções, e colocada a proposta de Orçamento da Receita e Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2018 à votação, a mesma foi aprovada com vinte e seis votos a favor e treze abstenções. -----

--- O membro da assembleia municipal Daniel Joana, em nome do grupo municipal do PS, fez a seguinte declaração de voto: *“A proposta de Orçamento da Receita e Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2018 é um documento que assenta em valores de realismo e critério. O realismo nas previsões que se fazem e o critério das escolhas que se tomam são valores importantíssimos no processo de credibilização da atividade política, em geral, e da atividade política autárquica, em particular. Os cidadãos a quem representamos já não condescendem com planos irrealizáveis e com escolhas que não obedeçam a uma lógica segura de um progresso acautelado. Foi precisamente esse realismo e esse critério que os eleitores do concelho de Trancoso valorizaram no passado dia 1 de outubro, quando renovaram o voto de confiança no Partido Socialista para dirigir os destinos da Câmara Municipal por mais quatro anos. As pessoas votaram num programa eleitoral que se propôs manter a trajetória de consolidação das contas públicas, ao mesmo tempo que canaliza o resultado financeiro dessa mesma opção para o investimento nas áreas mais prementes para o desenvolvimento do concelho e para o bem-estar das pessoas. Agora, quando nos são apresentados o Orçamento da Receita e Despesa e as Grandes Opções do Plano para 2018, o executivo municipal mantém-se fiel a essas linhas programáticas que ainda há bem pouco tempo foram sufragadas e amplamente aprovadas, e faz jus aos valores que lhe subjazem.*

De uma leitura analítica dos documentos apresentados, queremos ressaltar o facto de, neste orçamento, cujos valores globais se cifram em cerca de 15 milhões de euros, a receita corrente voltar a superar a despesa corrente em quase 3 milhões de euros, o que permitirá afetar um valor muito significativo a investimento em despesa de capital. Depois, não podemos deixar de referir o investimento no progresso económico e social do concelho, em áreas tão variadas como a economia, o turismo, o ambiente, ou a cultura e a educação. Na economia, a Câmara Municipal de Trancoso propõe-se executar uma das obras mais ansiadas e necessárias das últimas décadas, como é a construção da nova Área de Acolhimento Empresarial de Trancoso, que permitirá a expansão da indústria existente na cidade e a implementação de novos polos de produção, proporcionando assim a possíveis investidores a oportunidade de fixarem o seu negócio na nossa sede de concelho e aí poderem criar riqueza e postos de trabalho. Há muito que os empresários precisavam desta obra, há muito que se prometia, agora será realidade. Também Vila Franca das Naves será contemplada com uma melhoria de condições da sua zona industrial, num claro sinal de valorização da

economia que se pretende cada vez mais competitiva. A valorização do polo de Vila Franca das Naves é uma prova da aposta no desenvolvimento descentralizado do concelho, uma vez que promove o investimento na zona sul do concelho que terá influência em toda uma rede de freguesias que circunda a vila referida. No que diz respeito à valorização do património cultural e arquitetónico, são de referir os trabalhos previstos para o centro histórico da cidade, mas, acima de tudo, a tão desejada e merecida valorização da vila medieval de Moreira de Rei. A construção de um centro interpretativo e a requalificação de alguns espaços de valor histórico constituirá, sem dúvida, um importante passo de promoção turística e valorização cultural do nosso concelho, que passa, assim, a apresentar uma oferta cada vez mais diversificada para quem nos queira visitar. No que ao ambiente diz respeito, questão tão premente nos dias que correm, o município, por um lado, continuará a investir no melhoramento das redes de saneamento, mas a novidade é que criará, por outro, um inovador Centro de Interpretação Ambiental no parque municipal, gerando mais um importante atrativo para um espaço privilegiado da nossa cidade. Com um centro interpretativo aberto ao público, não há dúvida que o Parque será mais visitado e valorizado, ao mesmo tempo que aumentaremos a sensibilização ambiental das crianças e jovens de Trancoso, preparando-os de forma mais conveniente para um dos maiores desafios da humanidade no nosso século: o progresso sustentável e em respeito para com a natureza. No que à mobilidade, conforto e segurança rodoviária diz respeito, considere-se a beneficiação da estrada nacional 226 entre o Chafariz do Vento e Trancoso, a mais importante porta de entrada na nossa cidade, como uma obra assinalável. Do lado norte, de igual modo, a requalificação do troço entre Trancoso e a fábrica Lactovil dotará a cidade de melhores e mais dignos acessos. Nas nossas freguesias, continuarão a ocorrer obras de reparação e beneficiação de espaços públicos, de forma a melhorar o conforto e a segurança dos cidadãos que aí habitam e a embelezar os espaços rurais tão característicos do nosso concelho. Nas funções sociais, há que referir a construção de um centro de desenvolvimento e inovação social na cidade de Trancoso, que vem colmatar uma lacuna na resposta social a um público específico, assim como a construção de um Centro de Dia em Freches, uma das freguesias mais populosas do concelho e que mais necessita de uma resposta adequada à sua população sénior. Ao mesmo tempo, tais respostas potenciarão a criação de postos de trabalho. Mas para além de tudo isto, a Câmara continuará a ser um importante parceiro de associações empresariais e culturais, escolas, cooperativas, empresas ou grupos de cidadãos que, com a sua criatividade, energia e vontade de executar, são o nervo do nosso concelho e o verdadeiro motor do seu desenvolvimento económico, cultural, social e humano. Por todas estas razões, e também porque formalmente os documentos estão bem elaborados, o grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta de Orçamento da Receita e Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2018.” -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto seis** da ordem do dia. Deu a palavra ao Presidente do Município onde, este, referiu que a proposta apresentada vinha em complemento de uma deliberação da Câmara de 21 de Dezembro de 2016, em que tinha sido aprovado o projecto de execução para a área de acolhimento empresarial. Na altura, não foi acautelada uma área 18 619,70 m² destinada a faixa de protecção, zonas verdes, arruamentos, passeios e estacionamento. Informou que para se poder

fazer o registo do loteamento era necessário que essa área passasse para o domínio publico municipal. ---

--- Não havendo intervenções, e colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto sete**. -----

--- Tomou da palavra o Presidente do Município informando que, no dia 7 de Dezembro, tinha dado entrada, da empresa INCOVECA – granitos, SA, com sede em Sernancelhe, um pedido de reconhecimento de interesse publico municipal para a regularização de actividade de pedreira exercida em Vila Novinha, freguesia de Rio de Mel pelo que, à semelhança de outros pedidos, a assembleia teria de se pronunciar pois só dessa forma seria viabilizada e, conseqüentemente, poderia expandir a actividade e melhorar as condições de funcionamento. -----

--- Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto oito**. Disse que a nova Lei nº76/2017 menciona a designação de até cinco representantes das freguesias do concelho para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta. Depois de questionados os partidos e os mesmos terem chegado a um consenso, foram designados pelo PS, a presidente de junta de Valdujo, Ausenda Frias; pelo PSD, o presidente de junta de Rio de Mel, Hugo Neves, e, como independente, João Santos, presidente da junta de freguesia de Palhais. -----

--- Passados ao **ponto nove**, interveio o membro da assembleia João Paulo Matias, referindo que o PS escolhia o presidente de junta de Moreira de Rei, Américo Mendes, como representante na Comissão Municipal de Protecção Civil. -----

--- O membro da assembleia Tomás Martins referiu que, na sua opinião, deveriam ser os presidentes de junta a escolher entre eles. -----

--- O membro da assembleia Joaquim Cavaca disse que o Américo Mendes, como qualquer outra pessoa, reunia as condições necessárias para o cargo. -----

--- Interveio o membro da assembleia José Nascimento referindo que a posição do PSD seria a de escolher um presidente de junta independente, para evitar o carimbo de partidarite. Referiu que seria bom o PS aceitar esta proposta, evitando assim uma votação. -----

--- O membro da assembleia, João Paulo Matias, afirmou ser com orgulho que a proposta do PS tinha o carimbo do PS e que a mesma se mantinha. -----

--- O membro da assembleia José Nascimento disse que não lhe parecia ser necessário ir para uma votação mas considerava ser de mau gosto para quem queria consenso nesta assembleia, deveria proporcioná-lo. Lamentam que, neste caso, não tenha havido a indicação de um independente, reconhecendo competência ao membro da assembleia Américo Mendes para o cargo .-----

--- Posto isto, o Presidente da Mesa informou que ficou o Presidente da freguesia de Moreira de Rei, Américo Mendes, como representante designado pela assembleia municipal na Comissão Municipal de Protecção Civil. Informou que se iria passar ao **ponto dez**: “Trancoso e a sua interioridade”, solicitado pelo membro da assembleia, Jorge Morgado Ferreira. -----

--- No uso da palavra, o membro da assembleia supracitado referiu que Trancoso já há muitos anos enfrenta um problema de interioridade que é comum a outras zonas do país e as medidas tomadas, nos últimos anos,

não têm tido resultados satisfatórios. Disse que continua a desertificação e a ausência de investimento significativo no concelho. Disse ser necessário definir uma estratégia de longo prazo para o concelho que tenha em vista os problemas que persistem e medidas concertadas integradas para a sua solução. Disse ter encontrado na net um estudo do conselho local de acção social de Trancoso, intitulado Diagnóstico Social de 2006, onde se encontram as áreas, que na sua opinião, deveriam ser intervencionadas. Pensa que a Câmara deveria proceder à preparação de uma análise organizada e fundamentada dos problemas que afectam o concelho, que defina as acções para a sua solução e com base nesse estudo, que proponha uma estratégia para o futuro do concelho que concentre as medidas integradas e concertadas para atingir os objectivos. Só depois de ter esse estudo e estratégia definida é que o Orçamento deveria ser orientado. Referiu que Trancoso necessita de uma imagem que o faça sobressair dos concelhos limítrofes e que o turismo é uma das áreas fundamentais sugerindo que se crie ou defina uma imagem, um nome ou um logo acompanhado de eventos para o seu lançamento. Referiu que Trancoso tem infraestruturas que deveriam ser aproveitadas para actividades culturais mais frequentes. Na sua opinião, há que fazer mais esforço na divulgação de exposições. Apesar de terem sido levantadas as tampas de esgoto na rua Dr. Castro Lopes, o piso dentro da cidade continua deteriorado. Referiu que ao sair o IP2 depara-se com duas rotundas confusas, questionou se a Câmara não poderia colocar sinalética por forma a que a sinalização para Trancoso se tornasse mais simples. Depois de se passar o Chafariz do Vento, a N226 até Trancoso parece que não teve qualquer tipo de evolução há décadas. Questionou se não se poderia ter um piso, sinalética e marcação de estrada semelhante à do IP2. Disse que seria bom que as principais entradas do concelho tivessem um piso de qualidade, uma sinalização cuidada, incluindo a delimitação bem pintada dos seus limites e das faixas de rodagem com bermas cuidadas, com canteiros de flores e bem tratados. Sugeriu que nas áreas de mais movimento fossem marcados lugares de estacionamento bem visíveis assim como as passagens para peões. Deu o exemplo de uma passagem de peões luminosa, abastecida por energia solar, existente na freguesia de Tamanhos, que colocadas em Trancoso, transmitiriam aos visitantes uma imagem de modernidade. Disse que a malha histórica envolvida pelas muralhas é uma área turística de eleição, mas exceptuando os dias de mercado, tem pouco ou nenhum movimento. Há que criar uma política de apoio e incentivo para quem queira mudar-se para o centro histórico. Chocou-o não ter visto no orçamento uma estratégia definida. Existem sectores prioritários nos quais se têm de apostar dando o exemplo da castanha. Há que olhar para os sectores existentes, ver onde Trancoso tem possibilidades e desenvolver as potencialidades que promovam o crescimento de Trancoso. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Joana, ficando um pouco desiludido com a intervenção do membro da assembleia Jorge Morgado porque abordou este tema numa perspetiva que já era abordado há dez anos atrás, numa perspectiva pequena, colocando em causa que seria possível o Município, por si só, resolver os problemas da interioridade. Disse que realmente a imagem é importante, mas se tivesse atenção ao orçamento veria que já estava contemplado a beneficiação e requalificação da estrada N226, sendo já uma prova que essa imagem não passa despercebida ao executivo. Existem números que Trancoso tem vindo a ter mais visitantes. Chamou à atenção para toda a publicidade que tem sido feita de Trancoso no

âmbito das Aldeias Históricas. Em termos de actividade cultural disse que tem sido intensa, apesar de se calhar não agradar a todos os públicos. Defende que Trancoso em vez de se distinguir dos concelhos vizinhos, deve-se distinguir com eles permitindo assim distinguirem-se como região. Disse ter feito parte do projecto “interiormente” da juventude socialista que envolveu dez federações distritais de Bragança a Beja e que teve como objectivo consciencializar o país para o problema da falta de coesão territorial e promover uma plataforma de reflexão sobre o interior. Esse projecto conseguiu chegar a mais inquietações do que conclusões, sendo que a primeira inquietação foi de que o problema de coesão territorial não é só apenas um problema das pessoas que vivem no interior. É um problema nacional que afecta grandemente quem não vive no interior. As pessoas podem desaparecer deste território, mas o mesmo fica cá e continua a ter de ser gerido. Nesse estudo, chegou-se à conclusão de que é preciso desmantelar o preconceito, pois por vezes utiliza-se a palavra interior para a inação e, também, existe preconceito das pessoas que não vivem no interior que o olham de uma forma menorizada. A seguir chegou-se à conclusão de que o trabalho tem de ser feito em rede, ou seja distinguir a região em conjunto com os concelhos vizinhos. Deu o exemplo da academia de música que envolve os concelhos de Moimenta da Beira, Semancelhe, Aguiar da Beira, Trancoso e Mêda. Disse que se deve exigir ao poder central um planeamento económico que tenha em conta um critério territorial. Outra conclusão foi que o interior de Portugal com uma regionalização, pior não ficava. Saudou o membro da assembleia Jorge Ferreira por ter trazido a questão da interioridade e espera que a assembleia municipal possa discutir este tema durante o mandato. -----

--- O membro da assembleia Jorge Morgado disse que se estiverem à espera que o governo central faça algo, podem esperar muito tempo. Disse que se têm de começar a tomar medidas e que as terras se tornam atrativas por questões de pormenor. O seu objectivo de trazer esta questão foi suscitar a discussão e melhorar o desenvolvimento de Trancoso. -----

--- Interveio o membro da assembleia Tomás Martins, referindo ter participado, a convite de um elemento da comissão política do PS de Aguiar da Beira, na altura, num desses debates sobre a interioridade. Disse lidar com as pessoas não por terem o mesmo partido ou religião, isto para dizer, que muitas vezes andam aqui preocupados com coisinhas em vez de se unirem em prol de algo. Desafiou o concelho de Trancoso para, unanimemente, nas próximas eleições não exercer o direito de voto legislativo e explicar o porquê, ou seja, não adianta eleger representantes que não nos representam, representam apenas uma parte do país. Referiu que Santinho Pacheco, ultimo governador civil do distrito, foi um grande defensor da nova ruralidade, coisa que não sabemos vender, ou seja, promover negócios e desenvolvimento ligados ao sector agrícola. Relembrou que aquilo que une os membros deste órgão é Trancoso. -----

--- Interveio o membro da assembleia João Paulo Matias referindo que se revia integralmente no discurso do membro da assembleia Daniel Joana. Ficou desiludido com o membro da assembleia Jorge Morgado por não ter percebido que um tema destes merecia ter sido agendado numa sessão onde não tivesse sido discutido o orçamento, nem a aprovação das contas e de, chegar a esta hora não ter tido a sensibilidade de adiar este tema. Referiu que quem ouviu a intervenção do mesmo e, há três meses atrás a campanha do Dr. João Rodrigues não conseguiria distinguir o discurso um do outro. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, referindo sentir-se trancosense e todos os territórios precisam de gente e têm de se tratar bem as pessoas que cá estão porque são importantes para o desenvolvimento da região. Disse ser adepto de trabalho em equipa entre parcerias, colectividades e municípios. -----

--- Interveio o membro da assembleia Leonel Alves revendo-se inteiramente na intervenção do membro da assembleia Daniel Joana, ficando desiludido com a intervenção do membro da assembleia Jorge Morgado pois deveria ter-se inteirado daquilo que já se fez em termos de interioridade nos anos anteriores, dando o exemplo da rede de judiarias. A interioridade passa por muitas outras questões, ela persiste e há que lidar com ela e melhorá-la. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia Cristóvão Santos, referindo que há que dar visibilidade a Trancoso, não esquecendo que não é um concelho isolado, existindo coisas que devem ser trabalhados em conjunto com outros concelhos vizinhos, mas se houver alguma empresa que se queira fixar no interior, estão a concorrer com os concelhos limítrofes e pensa que quando Trancoso tiver de se destacar e diferenciar, deve fazê-lo. Disse não valer a pena andar a definir estratégias se depois não se faz nada. Pensa que durante este mandato, o Município e todos os grupos municipais deveriam fazer uma discussão alargada daquilo que efectivamente se pretende e qual o caminho a seguir. -----

--- Passados ao **ponto onze**, o Presidente da Mesa informou que com a eleição do deputado Joaquim Cavaca pelo CDS/PP houve necessidade de alterar os tempos do Regimento. A comissão resultante da última sessão reuniu, tendo sido a proposta apresentada consensual. -----

--- Interveio o membro da assembleia Leonel Alves, sugerindo que fosse elaborado um pequeno livro do Regimento. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia João Rafael, dando os parabéns ao Presidente da Assembleia pela iniciativa de ter feito a revisão ao Regimento pois poderia ter optado por contornar a questão. Salientou que a pedido da bancada do PSD, nessa comissão, conseguiram incluir a clausula que a ordem do dia, conjuntamente com a documentação, fosse entregue não com dois dias de antecedência, mas com três. ---

--- O Presidente da Mesa referiu que, realmente, tinha sido por muita insistência do membro da assembleia João Rafael que a comissão alargou para mais um dia, apesar da lei falar em dois. Afirmou que não seria pelo facto de constarem no Regimento os três dias que iriam cumprir, pois os documentos são enviados aos membros da assembleia municipal logo que cheguem ao gabinete de apoio à Assembleia Municipal. -----

--- Não havendo mais intervenções e colocada a proposta à votação a mesma foi aprovada por unanimidade.

--- Não havendo intervenções no **Período destinado ao público**, lavrou-se a minuta desta reunião com os resultados das deliberações tomadas, e que foi aprovada por unanimidade dos membros da assembleia presentes, e assinada pela respetiva Mesa para que produza efeitos imediatos. -----

--- Foi encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. -----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia

